

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CRISTINA SANTOS DA COSTA

**COMO A MATERNIDADE NEGRA VEM SENDO RETRATADA NA PSICOLOGIA
NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS**

GOIÂNIA-GO
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Cristina Santos da Costa

Título do trabalho: **COMO A MATERNIDADE NEGRA VEM SENDO RETRATADA NA PSICOLOGIA NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS**

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento

SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Professora do Magistério Superior**, em 23/02/2023, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Santos Da Costa, Discente**, em 08/03/2023, às 22:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3543884** e o código CRC **BF16A440**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CRISTINA SANTOS DA COSTA

**COMO A MATERNIDADE NEGRA VEM SENDO RETRATADA NA PSICOLOGIA
NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para
obtenção do grau em Psicologia, com ênfase em
Processos Clínicos, na Universidade de Goiás,
sob orientação da Prof.^a Dr.^a Priscilla Melo
Ribeiro de Lima.

GOIÂNIA-GO
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Costa, Cristina Santos da

Como a maternidade negra vem sendo retratada na Psicologia nos últimos dez anos [manuscrito] / Cristina Santos da Costa. - 2023. 37 f.

Orientador: Profa. Dra. Priscilla Melo Ribeiro de Lima.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, , Psicologia, Goiânia, 2023.

Bibliografia.

Inclui tabelas.

1. Negritude. 2. Racismo. 3. Maternidade. 4. Maternidade negra. I. Lima, Priscilla Melo Ribeiro de , orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de 2023, às 10 horas e 20 minutos, iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**COMO A MATERNIDADE NEGRA VEM SENDO RETRATADA NA PSICOLOGIA NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS**”, de autoria de Cristina Santos da Costa, do curso de Psicologia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela profa. Dra. Priscilla Melo Ribeiro de Lima, orientadora, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: profa. Dra. Marilúcia Pereira do Lago (FE/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0 , tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Professora do Magistério Superior**, em 23/02/2023, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marilucia Pereira Do Lago, Coordenadora de Curso**, em 08/03/2023, às 20:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3543868** e o código CRC **AA39304C**.

Resumo

Este trabalho propõe uma pesquisa bibliográfica que busque compreender e apontar o tratamento voltado para a temática da maternidade negra na psicologia brasileira. Voltando dessa forma ao histórico de como se deu a escravidão na África e o desenvolvimento aqui em solo brasileiro, seguindo com a discussão das consequências deste acontecimento que perduram até hoje na população feminina negra. Como mencionado, pretende-se fazer uma pesquisa bibliográfica utilizando os artigos publicados de 2012 até 2022, que serão analisados sob a revisão integrativa com objetivo de compreender a abordagem que foram submetidos, tanto quanto temas, autores, etc.

Palavras-chave: negritude; racismo; maternidade; maternidade negra;

Abstract

This work proposes a bibliographical research that seeks to understand and point out the treatment focused on the theme of black motherhood in Brazilian psychology. Returning in this way to the history of how slavery took place in Africa and the development here on Brazilian soil, continuing with the discussion of the consequences of this event that last until today in the black female population. As mentioned, it is intended to carry out a bibliographical research using the articles published from 2012 to 2022, which will be analyzed under the integrative review in order to understand the approach they were submitted, as far as themes, authors, etc.

Key words: blackness; racism; maternity; black motherhood;

Agradecimentos

À José Oscar, amor da minha vida, por todo o apoio e carinho. Mas também por toda a dedicação para tornar a minha caminhada possível.

À minha mãe, parte fundamental na minha constituição e no desenrolar desta pesquisa. Às amigas e amigos que me deram sustentação, companheirismo, ensinamentos, risadas, choros e momentos eternos ao longo da formação.

Em especial, à Allana, Gabriella e Laura que contribuíram de diversas formas, a mais importante delas foi estar ao meu lado nos momentos que mais precisei.

À Priscilla, minha orientadora, que me mostrou possibilidades sobre o tema negritude.

À Marilúcia, por ser uma mulher negra inspiradora e também por aceitar o desafio de fazer parte da banca avaliadora desse trabalho.

A todos que construíram essa história antes de mim.

Sumário

Considerações Iniciais.....	10
Capítulo 1.....	11
Panorama histórico da escravidão.....	11
A mulher negra escravizada.....	14
Capítulo 2.....	18
Maternidade e Maternidade negra.....	18
Revisão histórica.....	22
Capítulo 3.....	26
Levantamentos e discussões.....	26
Percurso Metodológico.....	26
Resultados ediscussão.....	27
Considerações finais.....	34
Referências.....	35

Considerações Iniciais

O presente estudo aborda questões ligadas à maternidade negra e como esse fenômeno é trabalhado na literatura. Para tanto, é feito um resgate histórico a respeito do tema, tendo como metodologia uma análise exploratória. As fontes foram obtidas através de artigos disponibilizados em plataformas de pesquisas eletrônicas, como Google Acadêmico e Scielo.

Trabalhar a maternidade negra como um todo é considerar uma história complexa de lutas e resistência cujo contexto caminhou para as atuais configurações.

O trabalho busca comparar a maternidade negra dos tempos escravocratas aos tempos atuais. A conjuntura da maternidade negra é enquadrada num cenário de lutas e resistência histórica. Sobre isso, Carneiro (2003, p. 129) alega que o protagonismo negro “vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras, e recobrando as perdas históricas”.

A partir dessa realidade, o primeiro capítulo, intitulado *Panorama histórico da escravidão*, traz um debate sobre a escravidão enquanto um processo que perdurou por muitos anos e que determinou uma visão extremamente racista sobre os negros. Tal ideia é melhor explorada ao longo do capítulo.

No segundo capítulo, *Maternidade e maternidade negra*, o estudo apresenta uma discussão conceitual sobre o que é maternidade, trabalhando o fenômeno enquanto elemento que determina a vida das mulheres, uma vez que uma mulher que não é mãe é vista como incompleta, como inútil aos olhos da sociedade. A visão é comparada à forma como é tratada a maternidade negra tanto em tempos de escravidão quanto no cenário atual.

O terceiro e último capítulo, *Levantamentos e discussões*, apresenta uma revisão integrativa sobre cinco artigos que versam a respeito do tema, analisando criticamente as abordagens feitas em cada um deles e a forma como a maternidade negra aparece.

Capítulo 1

Panorama histórico da escravidão

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) 2020, a população brasileira é predominantemente parda ou negra. Cerca de 54% da população se autodeclara pertencente a esta etnia. Apesar de nossos povos originários serem indígenas, o Brasil tem sua maioria em negros devido à escravidão, a grande vergonha histórica da humanidade. Segundo Pereira, Serrano e Porto (2012) afirmam que se entende o processo escravocrata como uma forma de submissão social. Em muitos casos, nascia-se e morria-se sob esse regime. Entretanto, este processo não pode ser chamado de natural, ao contrário, está relacionado ao modo como a sociedade o construiu.

O tráfico de africanos escravizados teve seu aumento expressivo com processo de colonização das Américas no final do século XVI, devido à demanda da colonização europeia do território americano. Sendo assim, o tráfico de escravos estava diretamente atrelado à necessidade de mão de obra principalmente depois da redução dos povos originários. (SCHWARCKS; GOMES, 2016). Desde o primeiro negro traficado às colônias, a situação apenas piorou. Milhões de negros, homens, mulheres e crianças, foram arrancados de suas terras e forçados ao trabalho, violência e morte. Essa realidade é descrita por Munanga (2012):

Durante séculos, milhões de homens e mulheres foram arrancados da África subsaariana (abaixo da linha do Deserto do Saara) – de suas raízes – e deportados para três continentes: Ásia, Europa e América, por meio de três rotas: a rota oriental (pelo Oceano Índico e Mar Vermelho), a rota transaariana (pelo Deserto do Saara) e a rota transatlântica (pelo Oceano Atlântico) (p. 60).

Antes da chegada ao Brasil, durante a travessia do Atlântico, o negro era submetido a diversas situações que infligiam danos físicos e, conseqüentemente, muitos morriam antes de chegar ao seu destino. Nos navios negreiros, durante meses, em porões totalmente deletérios, estas pessoas eram acorrentadas, uns por cima dos outros, na total escuridão, não havendo preocupação nem com os dejetos e o que poderiam causar. (PEREIRA; SERRANO; PORTO, 2012, p. 13). Percebemos, assim, que “o escravo era considerado propriedade do seu senhor. Por isso, era tratado como ‘coisa’ e não podia dispor de si mesmo” (CARDOSO; NERES; MARKUNAS, 2006, p. 62). Segundo Pereira, Serrano e Porto (2012), no Brasil, se

mantinha essa mesma lógica escravista na qual o negro africano era visto como um objeto de trabalho, e submetido a vários tipos de torturas e humilhações. As pessoas escravizadas recebiam punições horríveis que iam desde palmatória até açoites, de acordo com o tipo de infração cometida. E ainda serviam de exemplo para os outros escravizados visto que eram aplicadas na presença das outras pessoas, como um recado, uma lição (CARDOSO; NERES; MARKUNAS, 2006).

Mas, imaginar que os escravos no Brasil eram submissos e passivos é uma visão equivocada. Ao olharmos de forma atenta à nossa história, percebemos como os negros resistiram de formas variadas a esse processo de reificação e silenciamento, conforme nos advertem Neres, Cardoso e Markunas (2006):

Contudo, na história da escravidão no Brasil há uma trajetória de resistência do africano diante da condição de subjugado. A vida dos africanos no Brasil foi, desde o desembarque do navio negreiro até sua instalação nas fazendas, uma vida de resistência à escravidão. O escravo resistiu ser “desumanizado”, a ser chamado de “peça”, a ser visto como “macho” ou “fêmea”, como “filhote” ou “cria”, termos usados para designá-los (p. 64).

A resistência à submissão por parte dos negros teve grande influência na formação cultural da sociedade da época até a atualidade. Santos (2019) ressalta que “com sua capacidade de trabalho, não somente braçal, mas também em outras áreas, desde as artes, religião, ciência até a econômica, o negro muito contribuiu para esta nação”. Além disso, podemos observar também que a grande atividade política dos negros escravizados teve influência na cultura e pensamento neste período. Os negros sobreviveram e lutaram de maneiras variadas, desde fugas até tirar a própria vida ou participar ativamente de revoltas pela liberdade. Também participaram da formação de quilombos. (DORNELLAS; JESUS, 2018). “A palavra quilombo foi popularizada no Brasil pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos, para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no País” (LEITE, 2008). Surgem em meio a escravidão de pessoas negras como uma alternativa para aqueles que conseguiam fugir de seus donos, uma espécie de espaço para que estes pudessem resistir e lutar pelo fim da escravidão (PEREIRA; SERRANO; PORTO, 2012, p. 26).

A escravidão no Brasil durou séculos. Várias pessoas negras de gerações diferentes nasceram e morreram sob esse regime e milhões deles foram mortos no processo. Pereira, Serrano e Porto (2012) ressaltam que “desde o início do século XIX, D. João VI, rei de

Portugal, sofria as investidas inglesas a fim de extinguir a adoção de mão de obra escrava no Brasil” (PEREIRA; SERRANO; PORTO, 2012, p. 42). Antes da abolição em 1888, com o intuito de tranquilizar o governo inglês, foram criadas diversas leis que proibiam o tráfico e libertavam parte dos escravizados, mas que, na realidade, visavam manter os benefícios dos proprietários de escravos ao invés de garantir o direito à liberdade e à cidadania dos negros.

Apesar da abolição da escravidão no Brasil ter sido um momento importante da história, não representou uma liberdade e dignidade real aos negros agora ex-escravizados. É importante discutir duas consequências óbvias da abolição em 1888 pela lei Áurea: 1) social, de um país que não pensou em medidas e reformas políticas específicas para esta população e 2) econômica, para a população negra que acabara de ganhar sua liberdade, não estavam vinculados ao mercado de trabalho assalariado e nem foram oferecidas oportunidades de emprego. Dornellas e Jesus (2018) reiteram que

Pelo contrário, institui-se uma política migratória de incentivo à imigração em massa de europeus com o intuito de “embranquecer” a população brasileira, e estes passaram a ocupar os postos de trabalho assalariado, em que os negros eram preteridos. Sem acesso à terra, os negros foram compelidos a se amontoarem nas periferias das grandes cidades, e a eles eram destinados os trabalhos mais subalternos, pois a escravidão havia acabado, mas a mentalidade escravagista permanecia vigente (p. 214).

A abolição da escravatura, sem a devida organização e preparação do Estado para as mudanças que viriam, significou, para a população negra, a continuidade na pobreza, na falta de moradia adequada, sem educação e sem participação política. Na sociedade atual, podemos ver as consequências do processo de escravidão ainda vitimando a população preta do Brasil, em seu conjunto de regras, normativas, relações sociais desiguais e má distribuição das riquezas. Podemos dizer que o racismo advindo do longo processo de escravidão está ainda presente. Chamamos isso de racismo estrutural. Moore (2007), em seu livro *Racismo e Sociedade*, afirma que a dinâmica do racismo converge na sociedade de três formas, uma delas é assim colocada:

A elaboração de estruturas intelectuais normativas (ideológicas), especificamente destinadas a: Primeiro, regulamentar as relações entre dominados e dominantes; Segundo, inculcar um sentimento permanente de derrota no seguimento subalternizado; E terceiro, criar uma convicção narcísica de inquestionável superioridade permanente e invulnerabilidade no setor dominante (p. 248).

O aparelho de dominação ideológico da sociedade escravista persistiu com um pensamento racista ou gerou este que perdura até hoje. Com a estrutura da sociedade

brasileira, na mudança do trabalho escravo para o assalariado, as condições do negro no Brasil continuaram as mesmas e os mecanismos de dominação foram mantidos ou aperfeiçoados (MOURA, 2019, p. 46). Essa dinâmica, pode ser vista em diversas camadas sociais (classes sociais) e expressa em vários setores da sociedade. Como o comércio, a mídia, a política, as forças militares, o esporte e outros.

Na tentativa de reduzir os efeitos do profundo processo de escravização no país, o Estado lançou mão de diversas leis, como a Lei nº 7.716/1989 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, conhecida como Lei Caó; a Lei nº 12.711/2012, que institui cotas raciais e sociais no acesso ao ensino superior público federal, e a Lei nº 12.990/2014, que prevê a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos para empregos públicos no âmbito do governo federal para negros (DORNELLAS; JESUS, 2018, p. 215). Essas medidas são insuficientes para ressarcir os danos causados pelo processo de escravização. E tão pouco retirar o sentimento de derrota no grupo, pelo contrário, atuam como lembrança de todo o processo histórico vivido pelos pretos do país e da negligência do Estado brasileiro para com eles em todo esse período.

A discriminação, o preconceito, a favelização, o alto índice de violência urbana, a perseguição, a morte sistemática de negros no Brasil e as condições de trabalho impostas a eles são consequências da escravidão. Dentre essas consequências, temos a situação específica da mulher negra que além de todo o racismo estrutural, precisa lidar com questões específicas à sua condição de mulher. Sendo assim, no próximo tópico discutiremos mais a fundo a situação da mulher negra escravizada.

A mulher negra escravizada

À mulher negra eram direcionadas violências diversificadas. Estas sofreram além da raça, por gênero também. Ainda nos navios, muitas africanas que foram capturadas grávidas foram submetidas a tortura durante a gestação, levando a morte de incontáveis parturientes e natimortos (hooks, 2019). Conforme Davis (2016) afirma:

As mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fosse homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (p. 42).

Além do trabalho como amas de leite, as mulheres escravizadas exerciam atividades nas lavouras e nas fazendas, assim como os homens. Independentemente da condição em que se encontravam (grávidas ou lactantes), a mulher negra era obrigada a continuar sendo produtiva de forma igual aos demais escravos. Além disso, estavam à mercê dos mesmos tipos de punições físicas caso não cumprissem o trabalho que lhes era destinado (DAVIS, 2016). Em decorrência dessa situação, muitas dessas mulheres sofriam abortos espontâneos ou acabavam morrendo, pois estavam frequentemente em estado de subnutrição e excesso de trabalho. Davis (2016) discute que

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras (p. 20).

Tanto homens como mulheres negras escravizadas foram explorados como trabalhadores nas fazendas, porém, além dessa atividade, a mulher negra também era submetida às atividades domésticas, à reprodução compulsória e, recorrentemente, utilizada como objeto sexual para o homem branco (hooks, 2019). Ainda conforme hooks (2019), o escravizador tinha o poder total em relação às mulheres escravizadas, pois podiam explorá-las e utilizar da força física sem o temor de uma represália, “mulheres negras escravizadas, ao andarem livres nos deques, eram alvos disponíveis para qualquer homem branco que quisesse abusar fisicamente e torturá-las” (p. 41).

Uma das formas recorrentes de violência física e psicológica que as mulheres escravizadas sofriam era o estupro, realizado como maneira de coerção as que apresentavam resistência ao trabalho forçado. Diante do terror psicológico e físico a que eram submetidas, acabavam por ceder às imposições dos escravizadores e sua família. Para que essas mulheres pudessem ser vendidas no mercado de escravos, o proprietário precisava garantir a sua docilidade e submissão para que não oferecesse perigos à família branca que fosse vendida (hooks, 2019).

No contexto brasileiro, a violência com as mulheres negras escravizadas não foi menor. De acordo com Gonzalez (2016), elas eram divididas em duas categorias: trabalhadoras do eito e mucamas. As primeiras eram incumbidas do trabalho pesado do dia-a-dia e frequentemente eram subnutridas devido ao pouco recurso que lhes era oferecido. As segundas exerciam o trabalho doméstico dentro da casa do senhor de engenho e cuidavam

das crianças brancas. Essa função originou a figura da mãe preta que realizava todo o processo de educação e cuidado dos filhos dos senhores de engenho. Gonzalez (2016) também aponta que eram as que mais sofriam abuso sexual dos homens brancos.

No período colonial no Brasil, o homem branco tinha a tutela tanto de mulheres brancas como negras, porém as mulheres negras eram as que mais sofriam com violência sexual e esta foi utilizada como mecanismo para estabelecer as hierarquias de raça e gênero no país. Lôbo e Souza (2019) apontam que a história no Brasil e no continente americano de forma geral se deu a partir da subjugação e coisificação do corpo negro e em específico da mulher negra e esse processo foi decisivo para a consolidação da superioridade do homem branco.

Como já mencionado, a questão do gênero potencializa quando se fala, especialmente da mulher negra, os mecanismos de opressão e exclusão. Diante disso, Gonzalez (1984) afirma que “ser negra no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pela opressão de gênero colocam (a mulher) no mais alto nível de opressão” (p. 408). À mulher negra é legado o lugar da periferia social e a negação da possibilidade de ascensão na cadeia social.

O processo histórico de escravidão e toda a brutalidade envolvida deixou marcas nas mulheres escravizadas, marcas estas que acompanham as mulheres negras que vieram depois do período colonial e continua ainda hoje afetando-as. O fim da escravidão não significou o fim de uma lógica de violência e racismo contra pessoas negras no Brasil. A realidade continuou bastante precária. Segundo Carneiro (2020), essas mulheres viram como única possibilidade de sustento trabalhos como mucama, ama-de-leite, dama de companhia e prostituição, dado o estereótipo “já consolidado” de sexualização dos seus corpos (CARNEIRO, 2020, p. 156).

O processo de colonização e escravização teve grande responsabilidade no imaginário sobre a imagem das mulheres negras, que eram tidas como sensuais, exóticas, “fogosas” e essas atribuições que lhes foram dadas, colocaram essas mulheres em um lugar exclusivo do prazer sexual. E a literatura e a tradição oral foram meios importantes para a disseminação dessas ideias. (CARNEIRO, 2020, p. 153-154). A autora ainda afirma que

Assim, a mulher negra é mostrada como responsável por atrair o homem com seus dotes, envenenando-o, embriagando-o e isentando-o de qualquer culpa, afinal de contas, ela era “irresistível” e, até certo ponto, indispensável. Junte-se a isso o fato de serem propriedades daquele que a comprou, podendo este fazer dela o que bem entendesse; não poucas vezes eram obrigadas e constrangidas a concordarem com uma relação que sua condição de objeto alheio dificilmente conseguiria evitar.

Essas relações extraconjugais ocorriam sem o consentimento das sinhás, tampouco das escravas (p. 155).

A estrutura familiar brasileira teve grande influência da estrutura de família patriarcal portuguesa e uma das consequências foi a violência e violência sexual da mulher negra dentro das casas de homens brancos. Situação que encontram casos muito semelhantes nos dias atuais, devido ao desamparo e a falta de possibilidades do período colonial até a atualidade (NASCIMENTO, 2016, p. 74). Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2020, a taxa de homicídios entre as mulheres não negras foi de 2,8 por 100 mil, entre as negras a taxa chegou a 5,2 por 100 mil, praticamente o dobro. Tais dados nos mostram essa perversidade cometidas com as mulheres negras até a atualidade.

Como já citado anteriormente, de forma mais geral, e especificamente no Brasil, as mulheres negras, em sua maioria, fazem parte do grupo de trabalhadoras que são empurrados os trabalhos mais mal pagos e nos quais se encontram mais vulneráveis. Sendo assim, sobrevivem sem carteira assinada, como empregadas domésticas, diaristas, passadeiras, babás, entre outros. (CARNEIRO, 2011, p. 129). Um último ponto que caracteriza de forma relevante a situação da mulher negra, temos a figura da mãe-preta, atribuída pela função que estas mulheres foram obrigadas a desempenhar o trabalho de mucama. Isto é, era a figura feminina que de fato cuidava e educava os filhos dos senhores brancos (CARNEIRO, 2011, p. 129).

Capítulo 2

Maternidade e Maternidade negra

A história social descreve a maternidade como um fator indispensável à construção da identidade feminina (VERZA *et. al*, 2013). A partir dessa visão, a mulher é vista apenas sob o prisma do fato de conseguir ou não gerar uma vida, e aquelas que são estéreis acabam sendo vistas como inúteis, uma ideia que dialoga com a concepção patriarcal e que insere a maternidade no âmago das vivências indispensáveis à condição feminina. Essa prerrogativa é fortalecida por estudos biológicos que analisam o corpo da mulher pela noção de que tudo nele contribui para a fecundidade, como é o caso da pesquisa de Estramiana e Ruiz (2006), autores que colocam a figura materna como responsável pela perfeição da estrutura social. Entretanto, estudos feministas surgem como forma de contraposição às normativas de feminilidade e até mesmo de maternidade. Exemplo disso são os estudos de gênero feitos por Nogueira (2001), Rocha-Coutinho (2003), Strey (2007) e Swain (2007).

O conceito de maternidade sofre mudanças de acordo com cada época, e sendo vista como um fenômeno social, a maternidade é detentora de diferentes significados inseridos em múltiplos contextos históricos (ARIÈS, 1986). Assim, Moreira (2009) entende a maternidade como um elemento caracterizador da natureza feminina. Estudos sobre o tema no Brasil são recentes e envolvem as áreas de história, saúde, sociologia e antropologia (MARTINS, 2005). Em solo estadunidense, a discussão é mais antiga, tendo começado em meados dos anos 1980, como foi o caso também das pesquisas europeias (MOREIRA, 2009).

Moreira (2009, p. 14) entende a maternidade como “uma construção social enraizada material e simbolicamente variando segundo diferentes contextos históricos, sociais, econômicos e políticos”. A autora complementa essa ideia afirmando que a noção do amor materno nem sempre foi tal qual a concepção dos tempos atuais, uma vez que é preciso considerar as mudanças de concepções ligadas à maternagem. Autores que trabalham a instituição familiar (ARIÈS, 1986; BADINTER, 1985; COSTA, 1989) reafirmam a ideia de que “a exaltação do amor materno é fato relativamente recente na história da civilização ocidental, constituindo-se esse tipo de vínculo, tradicionalmente descrito como instintivo e natural, em um mito construído pelos discursos filosófico, médico e político a partir do século XVIII” (MOREIRA, 2009, p. 14). Arteiro (2017, p. 45-46) complementa essa ideia ao afirmar que

O amor materno tem sido compreendido há alguns séculos e em diversas culturas como um instinto relacionado à natureza feminina. Este raciocínio é herdeiro de uma concepção naturalizante da maternidade, cuja ênfase está na disposição biológica para gerar filhos. Nesta lógica, a gestação e o nascimento de uma criança deveriam mobilizar o aparecimento do instinto que torna a mulher/mãe apropriada a cuidar de seu rebento. Como o fundamento desse paradigma é o determinismo biológico, questionar o inatismo do amor materno é sempre uma tarefa que predispõe a resistências. Do ponto de vista social, é mais oportuno sustentar a concepção de que toda mulher geradora de filhos tem condições de cuidá-los, a ter que se haver com o desamparo de crianças que porventura tiveram mães não dotadas do dom de amar.

Vale salientar, contudo, que o fato de o amor materno ter sido trabalhado como algo inerente à maternidade, pertencente aos instintos e inato à mulher apenas a partir do século XVIII, não implica que esse sentimento não existia antes; apenas infere que ele não era um valor social e familiar de importância. Badinter (1985), em suas pesquisas, identifica o caráter de desvalorização conferido à maternidade desde a Idade Antiga até a Idade Média, uma vez que todas as atenções eram voltadas à figura do pai, o que fazia com que o homem fosse visto como um ser superior à mulher e às crianças. Essa perspectiva era, na concepção da época, uma diferença biológica, e por causa dela a crença era de que o homem tinha um poder sobrenatural sobre a mulher.

O avanço da burguesia e a chegada de novos tempos históricos deram lugar à noção da mulher como esposa e como mãe, o que ocorre concomitante ao entendimento da criança, que deixou de ser vista como um adulto em miniatura e passou a ser enxergada como um ser próprio, dotado de necessidades específicas à sua faixa etária (ARIÈS, 1986). Assim, a forma como a criança era vista e entendida contribuiu para a evolução do ideal criado sobre a figura materna. Ao longo de todo esse processo criado pelas novas visões que foram surgindo, a Psicologia assume um papel essencial, haja vista que corrobora ao colocar a relação mãe-bebê como imprescindível ao desenvolvimento da criança (MOREIRA, 2009). Isso aconteceu por meio dos estudos psicanalíticos, conforme defendido por Ferreira, Vargas e Rocha (1998).

Para Kitzinger (1978, p. 22): “O estilo de maternidade é uma expressão da cultura e engloba um sistema de valores relacionados com o que é a mulher e, também com o que é o filho; as atitudes para com ela variam de acordo com as classes sociais”. Assim, compreende-se a maternidade enquanto grandeza que relaciona diretamente as figuras da mulher e da prole. Correia (1998) liga, ainda, o conceito de maternidade a uma outra dimensão: a gravidez. Para ela, ainda que os dois fenômenos sejam frequentemente trabalhados como sinônimos, possuem entre si uma diferença substancial, pois a gravidez é uma fase

temporária que imprime mudanças biológicas no corpo da mulher, acompanhadas de uma vivência psicológica, ao passo em que a maternidade não é necessariamente um acontecimento biológico (ainda que comece com ele), atingindo proporções bem maiores que dizem respeito a uma esfera sócio-histórica (CORREIA, 1998).

A mudança nas concepções sociais confere à maternidade novos rumos identitários, ainda que o processo siga sendo inseparável à condição feminina (CORREIA, 1998). O cerne dessa abordagem é que ser mãe é cada vez mais uma opção particular de cada pessoa, distanciando a noção de incompletude em casos em que a mulher não pode ou não quer ter filhos. O ideal de maternidade hoje disputa lugar com vários outros sonhos que ocupam a mente feminina, o que, para Langer (1986, p. 12) está ligado à condição humana: “a natureza humana tem uma grande maleabilidade que vai respondendo adequadamente às diferentes culturas e às diferentes épocas”.

No que diz respeito a esse câmbio nas concepções de maternidade, Lipovetsky (2000) considera a história da mulher a partir de três prismas temporais: a primeira mulher, confinada nas atividades domésticas, sem vontade própria, inferiorizada pelo homem; a segunda mulher, mais ligada a um contexto romântico, muitas vezes tida como deusa inalcançável, enxergada como ídolo do homem a partir de seus atributos também domésticos; e a terceira mulher, independente, livre do subjugo patriarcal e detentora de direitos sobre seus próprios caminhos e escolhas. A presença dessa terceira mulher ainda surge tímida na sociedade e é a maior responsável pelas mudanças no ideal materno, uma vez que, ocupada com afazeres que excedem sua casa e sua vida no lar, ela talvez opte por não ter filhos, ou por, caso os tenha, confiar os cuidados deles a uma outra pessoa, um profissional apto para o exercício dessa função pedagógica. Deixa de ser a mãe presente o tempo todo no lar para ser a mãe que trabalha e que provê o sustento da casa, muitas vezes sem a ajuda de um homem.

Essa mãe que trabalha fora ainda é vista com olhos de preconceito. Ela não está livre de ser colocada diante de falas como: “Você prefere trabalhar a cuidar do seu filho?”; “Como consegue deixar seu filho com outra pessoa?”; “Quem cuida do filho é a mãe, ninguém mais tem essa obrigação!”; “Você é uma mãe muito irresponsável, deixa seu filho nas mãos de outras pessoas”. Diante dessa realidade, Correia (1998) enxerga que o desafio da mulher atual é vencer uma sociedade que ainda vê com maus olhos a recusa da experiência maternal. Mas quando se trata de maternidade negra, o problema é ainda mais acentuado, uma vez que engloba uma barreira estrutural que insiste em assolar o mundo mesmo em pleno século XXI: o racismo.

A maternidade negra encontra obstáculos desde a gravidez até a vida adulta do filho, quando são consideradas questões como a violência policial e práticas cometidas por agentes estatais (ROCHA, 2020). Mas o mesmo fenômeno também encontra lugar nos caminhos que lutam contra os aspectos colonialistas que regem a visão brasileira, uma vez que a categoria mãe foi construída como forma de servir a uma supremacia masculina branca e o corpo feminino negro foi destinado ao trabalho doméstico e à exploração de sua fertilidade (LÔBO; SOUZA, 2019). Nesse debate, é impossível não se deparar com questões como: a quem pertence a fertilidade negra? Como a maternidade da mulher negra é tratada hoje, tempos após o fim da escravidão? Existem diferenças entre as mães quando o critério é a cor de suas peles? O cerne dessas questões adota como núcleo o fato de que o mesmo suor negro antes derramado para enriquecer fazendeiros brancos é hoje posto a serviço de uma mãe branca que precisa de uma babá para seus filhos, pois não tem tempo ou disposição para cuidar deles. E não é difícil deduzir qual é a cor da pele dessa babá. Assim, o que resta à mãe preta? Qual seu lugar e quais são seus direitos? Até quando ela tem que dispor de sua maternidade em prol das demandas de pessoas de pele clara?

A história negra não se rompeu. As negras passam do direito de maternidade ao dever da maternagem¹ (LÔBO; SOUZA, 2019). As ideologias racistas seguem sendo usadas como instrumento de controle das mulheres negras, o que vai contra o ideal defendido pela falsa concepção de democracia racial, que considera a existência de afeto entre homens brancos e mulheres negras (PACHECO, 2015), o que é, de fato, uma inverdade, uma vez que o que a história presenciou foi uma miscigenação forçada, feita à base de violência sexual, física e psicológica que vitimou muitas escravas (PACHECO, 2015). No âmbito dos tempos atuais, a violência não se extinguiu: talvez tenha apenas mudado seu foco. A mulher negra que antes era sexualmente explorada para o benefício duplo de dar prazer aos homens brancos e enriquecê-los com a posse de mais escravos e que tinha os bebês arrancados de seus braços hoje sofre a penosa experiência de ver seus filhos e filhas sendo mortos por um sistema que insiste em segregar a população.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2014), o Índice de Mortalidade Infantil entre negros é 40% maior que entre brancos; no Brasil, a cada 23 minutos um jovem negro é morto (LÔBO; SOUZA, 2019); Índice de vulnerabilidade mostra

¹ Conceito ao qual é ligado à ideia de cuidar e de educar uma criança numa relação que não necessariamente envolve a pessoa que a gestou.

que moças e rapazes negros têm 2,7 vezes mais chances de serem vítimas de homicídio (LÔBO; SOUZA, 2019); segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018), entre os anos de 2015 e 2016, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública denunciou que 76,2% das pessoas assassinadas pela polícia eram negras; o Mapa da Violência de 2015 mostra que, no referido ano, o assassinato de mulheres negras subiu 54%, ao passo que, no caso das mulheres brancas, o índice sofreu uma queda de 9% (LÔBO; SOUZA, 2019).

Quando o assunto são arranjos familiares, o IPEA mostra, através do Dossiê de Mulheres Negras (IPEA, 2018), que a grande maioria das famílias enquadradas nas categorias “casal com filhos” ou “mãe com filhos” são lideradas por mulheres negras, correspondendo a uma porcentagem respectiva de 52,4% e 55,2%. Os índices também são alarmantes quando denunciam que, no ano de 2009, 69% das famílias chefiadas por mães negras viviam com até um salário-mínimo, ao passo que, entre as brancas, a taxa era de somente 42,7% (MARCONDES, 2013). Esses dados são complementados por uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) intitulada Síntese de Indicadores Sociais (SIS), estudo que mostrou que, em 2017, 56,9% das mães solo se encontravam abaixo da linha da pobreza, proporção esta que, quando filtrada para mulheres negras, sobe para 64,4%.

A conjuntura da maternidade negra é enquadrada num cenário de lutas e resistência histórica. Sobre isso, Carneiro (2003, p. 129) alega que o protagonismo negro “vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras, e recobrando as perdas históricas”. No tópico a seguir, fazemos uma discussão sobre os parâmetros históricos ligados à maternidade negra.

Revisão histórica

A mulher negra vivenciou, no período da escravidão, uma violência sobre seu corpo e sua existência, praticada pelos colonizadores e legalizada pelo estado, uma vez que as pessoas escravizadas eram peças pertencentes a seus senhores e estes podiam desfrutá-los como bem entendessem. Os crimes dos quais essas mulheres eram vítimas são incontáveis, pois ferem sua identidade como pessoa (ao ser tratada como objeto de posse) e como mulher (quando considerada instrumento sexual).

Os senhores de terras se deitavam com suas escravas com o objetivo de satisfazerem seus prazeres pessoais e as obrigavam a se deitarem com outros negros para fins de reprodução, prática que lhes beneficiaria com o nascimento de mais escravos. A partir disso, repete-se o questionamento: a quem pertence a fertilidade negra? Para Carneiro (2003), a

forma com que os colonizadores executavam violência sexual com mulheres negras e indígenas resulta no processo de miscigenação responsável pela composição do povo brasileiro e da identidade social do Brasil, estruturado no mito da democracia racial que, no país, “toma formas ainda mais grosseiras e atinge as últimas consequências” (LÔBO; SOUZA, 2019, p. 3).

O fator histórico do estupro de mulheres negras escravizadas é romantizado mesmo em tempos atuais; é mascarado pela noção de sensualidade ligada à pele negra, a “cor do pecado”. Nessa concepção, os fazendeiros, pobres homens de carne e osso, não resistiam aos encantos das escravas e precisavam satisfazer suas necessidades masculinas. E quando suas esposas descobriam as traições, quem pagava por elas eram as mulheres escravizadas, que tinham seus dentes arrancados, as aréolas cortadas, os dedos mutilados, dentre outros absurdos. As que engravidavam muitas vezes morriam no tronco carregando a “culpa” de terem feito sexo com seus patrões e deles “pegado barriga”, envergonhando-os por isso.

O mito da democracia racial defende a existência de uma relação de afeto entre os homens brancos (senhores de escravos ou não) e as mulheres negras, o que, na realidade, não aconteceu. O que houve foi uma violência sexual, uma objetificação do corpo feminino negro, colocado a serviço das necessidades físicas e econômicas dos brancos. Assim, “fatos sociais, psicológicos, econômicos e político-ideológicos” (MUNANGA, 2004, p. 21) eram empregados como ferramenta de controle e dominação dessas mulheres. O corpo das negras foi o palco sob o qual nasceram as ideologias raciais.

Esse emaranhado histórico permite entender de que forma o racismo construiu uma relação de gênero estratificada, destruindo uma falsa concepção histórica de que o machismo vitima igualmente mulheres brancas e negras. Os números apresentados no tópico anterior deste trabalho provam que isso não é verdade. Carneiro ressalta que,

A fortiori, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a "variável" racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas) (CARNEIRO, 2005, p.119).

Davis (2016) reforça essa ideia ao defender que as mulheres sofreram de maneira distinta os males do racismo, pois estiveram sexualmente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual (LÔBO; SOUZA, 2019). Tinham explorada não somente sua condição negra, mas também sua condição feminina. Sobre isso, hooks (2014, p. 15-16) aponta que

Inicialmente todos os escravos a bordo no navio eram marcados a ferro com um ferro quente. Um “gato de nove caudas” era usado pelos escravagistas para chicotear esses africanos que choravam por dor ou resistiam à tortura. As mulheres eram chicoteadas severamente por chorarem. Eram despidas das suas roupas e batidas em todas as partes do seu corpo. Ruth e Jacob Weldon, um casal africano que experienciou os horrores da passagem da escravatura, viram “mães com bebês em seus seios vilmente marcados e com cicatrizes, de tal forma que parecia que o próprio céu podia ferir os algozes infernais com a desgraça que eles tão ricamente mereciam”. Depois de marcados a ferro, todos os escravos eram desnudados de todas as roupas. A nudez das mulheres africanas servia de constante lembrança da sua vulnerabilidade sexual. A violação era um método comum de torturar escravas usado para submeter mulheres negras rebeldes. A ameaça da violação ou de outra brutalização física inspirava terror nas mentes deslocadas das mulheres africanas.

Conforme salienta a autora, enquanto os homens negros que mostrassem qualquer tipo de valentia eram castigados no tronco, as mulheres eram penalizadas nas camas de seus senhores. E a violência não parava por aí. Muitas delas, quando engravidavam, viram seus filhos serem arrancados de seus braços logo que nasceram, ainda durante a primeira amamentação, e nunca mais souberam notícias deles. Os seios jorrando leite serviam para alimentar os filhos dos patrões quando a mãe deles não tinham a mesma “sorte” para alimentar suas crias.

O poema *Tragédia no lar*, do poeta abolicionista Castro Alves (1847-1871), retrata, em suas primeiras estrofes, a realidade da mãe negra escrava:

Na Senzala, úmida, estreita
Brilha a chama da candeia,
No sapé se esgueira o vento.
E a luz da fogueira ateia.

Junto ao fogo, uma africana,
Sentada, o filho embalando,
Vai lentamente cantando
Uma tirana indolente,
Repassada de aflição.
E o menino ri contente...
Mas treme e grita gelado,
Se nas palhas do telhado
Ruge o vento do sertão.

Se o canto para um momento,
Chora a criança imprudente...
Mas continua a cantiga...
E ri sem ver o tormento
Daquele amargo cantar.
Ai! Triste, que enxugas rindo
Os prantos que vão caindo
Do fundo, materno olhar,
E nas mãozinhas brilhantes
Agitas como diamantes
Os prantos do seu pensar...
(ALVES, 1881).

Os versos de Castro Alves são documento histórico representativo da condição materna das mulheres escravizadas, as quais eram privadas de seu direito de serem mães, de se dedicarem a seus filhos, de vê-los crescer e de dar a eles uma identidade. O canto retratado pelo poeta talvez sirva à mãe como forma de consolar seu filho que está prestes a ser levado dela para sempre... as lágrimas do “amargo cantar” também sejam talvez produto resultado do que essa mãe sabe que irá acontecer a seu filho. Outra observação cabível é o fato de que a sexualidade das mulheres negras não era vista como alvo de pureza intocável e muito menos pela necessidade de ser preservada, como acontecia com as mulheres brancas. Davis (2016) ressalta, ainda que as escravas não possuíam nenhum direito legal sobre seus filhos e que “os escravos infantis estavam na mesma posição que outros animais” (DAVIS, 2016, p. 20).

Assim, feito o resgate sobre a maternidade negra no período escravocrata, a abordagem da presente pesquisa perpassa a abolição, quando mães negras analfabetas se viram sem rumo, sem moradia, sem ter como criarem seus filhos, uma vez que suas únicas instruções de trabalho giravam em torno dos serviços desenvolvidos nas fazendas (e que agora eram feitos pelas italianas), passa pelo projeto eugenista² de embranquecimento da população (o que ocorreu, no caso do Brasil, a partir da miscigenação, que passou a ser adotada como política de Estado) e atinge inclusive a década de 1980, quando houve uma esterilização em massa de mulheres negras. Mulheres que antes tinham seus filhos privados da convivência materna eram agora impedidas de se tornarem mães. Sonhos sufocados, saúdes deterioradas. A realidade da mulher negra não mudou muito, mesmo sendo legalmente livre.

As práticas de discriminação seguem acontecendo. Exemplo disso são as medidas institucionais adotadas em favor do empobrecimento, encarceramento e até mesmo extermínio da população negra, ou seja, os filhos das mulheres negras.

² A seleção dos seres humanos com base em suas características hereditárias com o objetivo de “+melhorar” as gerações futuras, o termo foi criado por Francis Galton (1822 – 1911), em 1883.

Capítulo 3

Levantamentos e discussões

O presente capítulo traz a abordagem sobre como a maternidade negra aparece na literatura, traçando, para isso, uma revisão integrativa de autores que se propõem a trabalhar o tema. A seleção dos trabalhos foi feita tendo como critérios de inclusão o ano em que foram produzidas (foram elencados artigos escritos há no máximo 10 anos) e o campo teórico (classificando apenas trabalhos que estejam dentro da esfera da Psicologia) e as seguintes palavras-chave: negritude, racismo, maternidade, maternidade negra.

Um debate sólido, fundamentado na observação de múltiplos pontos de vista, contribui para a formação de um pensamento crítico. Comparar opiniões distintas e visões complementares enriquece o discurso do pesquisador, uma vez que diferentes experiências e leituras de vida caminham para a construção de perspectivas que se integram num olhar mais completo e abrangente.

Percurso metodológico

O método escolhido para abordagem no presente capítulo foi a revisão integrativa. Diante de um cenário social em que a divulgação de informações está cada vez mais facilitada, emerge a necessidade de se reunir as mais consistentes evidências e argumentações disponíveis a respeito de um tema para que o pesquisador consiga construir um debate crítico e analítico ao mesmo tempo.

A partir dessa perspectiva, surgem os chamados artigos de revisão, caracterizados como “pesquisas que utilizam fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de pesquisas de outros autores, com o objetivo de fundamentar teórica e cientificamente um determinado objetivo” (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2014, p. 09). A revisão integrativa é um método científico que qualifica esses artigos.

No campo da Psicologia, a pesquisa é marcada pela multiplicidade de caminhos metodológicos adotados pelos estudiosos (SILVA, 2021). O que se estende às pesquisas em ciências humanas como um todo, e é representativo da impossibilidade de se atingir um consenso, dados os diferentes sujeitos e visões de mundo (SILVA, 2021). Desta forma, adotar a revisão integrativa é dialogar com abordagens heterogêneas e tornar o estudo mais

abrangente e, portanto, efetivo. Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 103) que alegam que “a ampla amostra, em conjunto com a multiplicidade propostas, deve gerar um panorama consistente e compreensível de conceitos complexos, teorias ou problemas”.

Silva (2021, p. 34), de acordo com Hohendorff (2014), elenca as seguintes etapas que compõem o processo de revisão integrativa:

a elaboração de uma pergunta norteadora; (2) a busca da literatura; (3) a coleta de dados dentro da literatura; (4) a análise crítica das publicações; (5) a discussão dos resultados; e (6) a apresentação da revisão integrativa em si (SOUZA; SILVA.; CARVALHO, 2010, p. 103). A essas etapas incluímos: (1) produção de uma estratégia de busca da literatura bem delimitada com claros critérios de inclusão e exclusão; (2) análise da qualidade das publicações encontradas; (3) leitura e produção de fichamentos das publicações e análise comparativa dos dados encontrados.

As etapas apresentadas por Souza, Silva e Carvalho (2010) são inconsistentes caso estejam desacompanhadas de um critério mais seletivo, conforme o método proposto por Hohendorff (2014). Assim, partimos de um processo de análise detalhado e criterioso para escolha dos artigos que compõem a presente revisão integrativa.

A busca pelos estudos se deu por meio das plataformas eletrônicas de artigos científicos *Google Acadêmico* e *Scielo*, filtrando apenas resultados que continham trabalhos em Língua Portuguesa e escritos há no máximo 10 anos. Os dados serão apresentados no tópico a seguir.

Resultados e discussão

Foram analisados 05 artigos que trabalham aspectos ligados à maternidade negra. O questionamento central da investigação é: “como a maternidade negra aparece nos estudos científicos brasileiros dentro do campo da Psicologia?”. Os dados foram sistematizados a partir das seguintes categorias: I- tipo de artigo e método de pesquisa; II- principais referências utilizadas; III- conceitos trabalhados; e IV- maternidade negra. As análises comparativas foram feitas a partir dessas categorias e serão apresentadas a partir de tabela, com posterior discussão sobre cada assunto.

A tabela a seguir traz algumas informações básicas sobre os artigos analisados:

Tabela I- Informações sobre os artigos

Título	Autores	Ano de Publicação	Tipo de artigo e metodologia	Principais conceitos	Principais autores citados
Depressão e vínculo materno: os descaminhos da relação mãe-bebê	Fabiane Rodrigues Fonseca; Denise Machado Duran Gutierrez	2018	Metodologia qualitativa Estudo de caso Análise de conteúdo	Primeira maternidade; Maternidade negra; Relação mãe-bebê; Vivência das mães negras	Goffman (1975) Bardin (1977) Soifer (1980) Badinter (1980;1985) Turato (2003)
Violências e Instituição Maternidade: uma Reflexão Feminista Decolonial	Paula Rita Bacellar Gonzaga; Claudia Mayoraga ;	2019	Ensaio Pesquisa teórica	Maternidade; Feminismo Decolonial; Colonialidade de gênero	Scott (1990) Badinter (2011) Anzonera e Yañez (2013) Lugones (2014)
Mulheres negras e necropolítica: como enfrentam a morte de seus filhos?	Letícia Gomes Souza; Marilda Castelar; Karine de Souza Oliveira Santana;	2020	Pesquisa qualitativa e documental Análise de conteúdo	Racismo; Necropolítica ; Mulheres negras; Genocídio; Mães	Araújo e Argolo (2017) Piedade (2017) Almeida (2018) Mbembe (2018)

	Verena Souza Souto				Santiago (2019)
A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS	Paula Land Curi; Mariana Thomaz de Aquino Ribeiro; Camilla Bonelli Marra	2020	Pesquisa teórica	Mulheres negras; SUS; Violência obstétrica; Machismo; Racismo	Carneiro (2003); Diniz (2005); Barbieri e Couto (2013); Beauvoir (2016); Miranda (2017)
Maternidade solo e interseccionalidad e: práticas de cuidados no contexto da atenção básica	Alice Maria Ventura da Silva Nascimento; Daniela Maria Barreto Martins; Camila Barreto Bonfim; Kátia Jane Chaves Bernardo	2022	Pesquisa qualitativa descritiva e exploratória Pesquisa de campo	Maternidade; Parentalidade ; Sexismo; Racismo; Atenção primária à saúde	Dimenstein (2000); Ayres (2009); Böing e Crepaldi (2010); Spink e Matta (2010); Antunes (2018)

Vale salientar que a literatura que fala sobre a vivência da maternidade pelas mulheres negras ainda é tímida, e é com essa ideia que Fonseca e Gutierrez (2018) iniciam

sua discussão. As fontes de pesquisa são poucas, e isso mostra a urgência de investimentos em estudos nesse âmbito, especialmente no caso da Psicologia, ciência que se encarrega da compreensão de fenômenos sociais inerentes ao comportamento humano.

Os textos analisados partem de diferentes perspectivas. Enquanto Fonseca e Gutierrez (2018) se dedicam a compreender a esfera social e familiar na qual se insere a mãe negra, especialmente as chamadas “mães de primeira viagem”³, Bacellar e Mayoraga (2019) trazem uma visão pautada no pensamento feminista e enxergam a maternidade como fruto de um sistema patriarcal e opressor, situação agravada quando se trata de mães negras; Souza e Castelar (2020), por sua vez, apresentam um trabalho relacionado à criminalidade que vitima majoritariamente negros, discutindo a vivência da mãe que experiencia o luto pela morte de um filho; já Curi, Ribeiro e Marra (2020) levam a pesquisa para a área das ciências médicas e debatem os casos de violência obstétrica contra mulheres negras no cenário do Sistema Único de Saúde (SUS); por último, Nascimento, Martins, Bonfim e Bernardo (2022) versam a respeito dos desafios enfrentados pelas mulheres que são mães solo, como foco especial na análise dos cuidados dispensados na atenção básica.

O entendimento sobre o conceito de maternidade aparece de formas distintas nos trabalhos analisados. Fonseca e Gutierrez (2018) defendem que existe uma diferença entre gravidez e maternidade, reforçando a ideia apresentada no capítulo anterior, sendo que a gravidez é um processo biológico e encontra-se estritamente ligada à reprodução humana, ao passo em que a maternidade é um processo familiar e social. Vale lembrar, entretanto, que o social também está presente na etapa da gravidez, haja vista que a gestação implica o envolvimento da mulher no meio social, especialmente a família e, quando é o caso, o pai da criança.

As autoras trabalham com dados obtidos a partir de uma entrevista com uma mulher negra que tinha 24 anos à época e que demonstrou enfrentar muitos desafios familiares pelo fato de ser uma mãe solo. Ela engravidou aos 18 anos e não obteve apoio família, especialmente do pai, que ficou 3 anos sem lhe dirigir a palavra. Andrea, nome atribuído a ela pelas pesquisadoras, afirma não ter conseguido assimilar a princípio a ideia de ser mãe; muito menos conseguiu sentir amor materno por sua filha, que, para ela, havia tomado seu lugar na vida de seus pais.

Um dos aspectos mais interessantes da entrevista realizada por Fonseca e Gutierrez

³ Terminologia popularmente usada como referência às mulheres que estão sendo mães pela primeira vez.

(2018) está justamente na diferença entre a maternidade branca e a maternidade negra, tema discutido no capítulo anterior. Ainda que mães brancas e negras enfrentem desafios pelo fato de serem mulheres, a situação é agravante para as mulheres de pele escura, pois o racismo entra em cena. Andrea, a participante entrevistada, disse que sua prima branca passou pela mesma situação e que com ela o enfrentamento foi diferente.

Para Werneck (2009, p. 151),

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos.

Assim, as mães negras também, de certa forma, não existem. Elas são produto de uma formação social construída que entende a negra como forte, resistente e que “aguenta tudo”. Não são vistas como seres humanos, dotados de sentimentos e vontades próprias. São instrumentalizadas. Talvez por isso o tratamento dado à prima de Andrea tenha sido tão diferente.

Nesse sentido, Gonzaga e Mayorga (2019) consideram que a categoria “mulher” é racista, pois historicamente não incluía as negras. É nesse sentido que as autoras apresentam uma visão mais radical da maternidade, entendendo o fenômeno como um processo ligado ao patriarcalismo colonial. “Historicamente narrada como natural e homogênea, a maternidade é tomada como experiência universal por meio da história de um corpo dócil que chegou ao seu destino”. Assim, para as autoras, a ideia de maternidade está ligada a submissão, mas essa submissão não é cabível às indígenas e negras, que são tidas como inferiores, não humanas e até mesmo bestiais (GONZAGA; MAYORGA, 2019).

Curi, Ribeiro e Marra (2020), por sua vez, adotam a maternidade negra como centro de um estigma social que coloca essas mulheres como sendo grupo majoritário em situação de vulnerabilidade social e econômica, situação também discutida estatisticamente no capítulo que precede este. Elas se dedicam a analisar a ocorrência de violência obstétrica contra mulheres negras no SUS, e consideram que, no ambiente desse sistema de saúde, as parturientes negras são “corpos que estão estigmatizados socialmente, que estão na base da pirâmide social e que, na perspectiva das hierarquias reprodutivas, indicam como algumas maternidades são mais, ou menos, legítimas e aceitas socialmente que outras” (CURI; RIBEIRO; MARRA, 2020, p. 159).

Diante disso, percebemos como a maternidade negra, carregada de questões históricas e sociais, é atravessada pela ciência psicológica como o centro de um problema para o qual se necessita mudanças estruturais. A visão politicamente construída coloca os negros como “objetos” resistentes a qualquer intervenção, seja ela física ou psicológica, e que devem seguir normas de conduta previamente determinadas pelos brancos, como se não fossem capazes de pensar e decidir sobre suas próprias vidas e corpos; como se não tivessem sentimentos.

Nesse cenário, foi realizada a pesquisa de Souza et. al, (2020). Nela, os autores observaram como os jovens negros são maioria entre as vítimas de violência urbana. E diante dessa realidade, os autores investigam como ficam as mães negras quando seus filhos são assassinados. Historicamente, a mãe negra que antes tinha seu filho escravo roubado de seus braços, atualmente o vê morrendo principalmente nas mãos da elite branca através da mão do Estado nas violências impetradas pelas forças policiais. E como nos tempos da escravatura, ela tem que aguentar. Também lhe é roubado o direito de sofrer a falta de seu filho. A invisibilidade do sofrimento dessas mães é instrumento fortemente apresentado por Souza et. al (2020), que dialogam com autores como Piedade (2017), responsável pela criação do termo *Dororidade*, numa referência às dores sofridas pelas mulheres negras e ignoradas pelas demais camadas sociais. Os autores ressaltam que:

A mulher negra, que está inscrita socialmente em um lugar de subordinações, opressões, violações e desvalorização (Madeira & Gomes, 2018), além de sofrer com isso, também padece enquanto mãe silenciada pelo Estado, mídia e sociedade diante da morte do seu filho. Desta forma, percebe-se que a morte e o luto são fenômenos sociais e políticos (SOUZA et. al, 2020, p. 304)

A ótica adotada por Souza et al (2020) afirma que apenas as mães brancas podem viver o luto por seus filhos, uma vez que as mães negras, numa visão social, precisam ser fortes e talvez entenderem que seu filho estava “no lugar errado e na hora errada”. Assim, o luto também é um luxo.

Assim, a morte do jovem negro chega para dar novos contornos à luta das mulheres negras. É possível correlacionar a maternidade apresentada por Santiago (2019), com o conceito de dororidade, cunhado por Piedade (2017) como elemento importante que unem as mães negras diante da Necropolítica.

Já a abordagem de Nascimento et. al (2022) aponta que a maternidade solo é algo muito comum entre as negras, e que a atenção básica recebida por essas mulheres é insatisfatória. As autoras defendem que a lógica patriarcal escravagista retirou das negras as

concepções de “sexo frágil” e “dona de casa” comumente dirigidas às brancas, uma vez que era lucrativa a exploração de seu trabalho e de seus corpos. Diante disso, as mulheres brancas foram colocadas como opções mais “atrativas” no mercado matrimonial e as negras foram destinadas à solidão e à luta pela resistência contra a dominação escravocrata. A elas não foram dadas as “belezas da maternidade”.

A maternidade solo sempre foi vivida pelas mulheres negras, ao contrário do que ocorria com as brancas em tempos remotos, uma vez que elas, sendo vistas como puras e castas, só podiam ter relação sexual após o casamento, sob pena de segregação social. Sendo assim, Nascimento et. al (2022) consideram que o fenômeno da maternidade solo negra atravessa as paredes da história, e que a romantização da maternidade não vence as barreiras do racismo.

Os artigos partem de olhares diferentes, mas uma leitura atenta permite a identificação de uma ideia comum que insere as mães negras como protagonistas de uma luta histórica que ainda tem muitos desafios a serem superados. O machismo também está presente. E quanto mais escura é a cor da pele da vítima, mais forte ele é. Assim, novamente se ressalta um questionamento de difícil solução sobre a quem pertence a maternidade negra.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo verificar a forma como a maternidade negra aparece na literatura dentro do campo da Psicologia, fazendo, para isso, um estudo exploratório e uma revisão integrativa a respeito de artigos que debatem o tema. A maternidade é vista como um processo inerente à condição da mulher, sendo, aos olhos sociais, parte de um conjunto de obrigações com as quais ela deve cumprir. É tida como uma dádiva, um presente, um grande motivo de felicidade. Mas quando se aprimora a discussão para as mulheres negras, a realidade é significativamente distinta.

As negras foram particularmente vitimadas dentro do processo de escravidão, uma vez que, além de serem instrumentos de trabalho, eram escravas sexuais de seus senhores, e quando engravidavam, tinham seus filhos arrancados de seus braços muitas vezes ainda durante a amamentação. Há, portanto, uma dicotomia entre mulheres negras e brancas nessa etapa histórica: ao passo que as brancas deveriam ter sua pureza preservada e a maternidade delas era vista como dádiva, as negras tinham que servir sexualmente aos seus senhores sempre que eles desejassem e quando engravidavam, seus filhos eram vendidos como escravos; além disso, muitas delas eram agredidas pelas esposas dos senhores que as violentavam, como se elas fossem responsáveis por tamanha crueldade.

Após a abolição da escravatura, mesmo que as práticas preconceituosas e de segregação tenham se tomado formas diferentes, elas ainda existem. Os dados apresentados evidenciam que a grande maioria das mães solo que vivem em condições precárias e que sustentam suas famílias são negras. São também as mães negras que majoritariamente choram sobre os corpos de seus filhos assassinados pela violência policial.

O preconceito não foi extinto: apenas mudou sua faceta. Hoje acontece velado, mascarado por um discurso de que negros e brancos, homens e mulheres são iguais, algo que, na prática, não acontece. Este trabalho deixa margem ao entendimento que se faz necessário mais estudos sobre a temática negritude em várias esferas, sobretudo aqui, como é vivida a maternidade negra na nossa sociedade.

Referências

- ALVES, A. F. de C. Tragédia no lar. In: _____. **Os escravos**. Versão da Fundação da Biblioteca Nacional. 1881. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jp000009.pdf>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2023.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ARTEIRO, I. L. **A mulher e a maternidade**: um exercício de reinvenção. 264f. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Católica de Pernambuco, Recife-PE, 2017.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**. O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CARNEIRO, A. S. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2023.
- _____. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 339f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2005.
- _____. Gênero e Raça na sociedade brasileira. IN: *Escritos de uma vida*. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- _____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CORREIA, M. de J. Sobre a maternidade. **Análise psicológica**, v. 3, n. XVI, 1998.
- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- CURI, P. L.; RIBEIRO, M. T. de A.; MARRA, C. B. A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 72, 2020.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. O legado da escravidão: Parâmetros para uma nova condição da mulher. In: *Mulheres, Raça e Classe*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DORNELLAS, M. P.; JESUS, M. P. S. O genocídio da população negra no Brasil contemporâneo e seu agravamento a partir da intervenção federal militar no estado do Rio de Janeiro. *Confluente – Vol X, Nº. 2*, p. 210-236. <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/8913>.
- ERCOLE, F. F.; MELO, L. S. de.; ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão Integrativa *versus* Revisão Sistemática. **REME- Rev. Min. Enferm.** V. 18, n. 1, jan./jun. 2014.
- ESTRAMIANA, J. L.; RUIZ, B. F. A. &. Representaciones sociales de la mujer. **Athenea Digital**, v. 9, 2006.

FERREIRA, E. A.; VARGAS, I. M. A.; ROCHA, S. M. M. Um estudo bibliográfico sobre o apego mãe e filho: bases para a assistência de enfermagem pediátrica e neonatal. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 4, 1998.

FONSECA, F. R.; GUTIERREZ, D. M. D. Depressão e vínculo materno: os descaminhos da relação mãe-bebê. **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq/EDUA**, Ano 11, Vol XXII, Número 2, jul-dez, 2018.

GONZAGA, P. R. B.; MAYORGA, C. Violências e Instituição Maternidade: uma Reflexão Feminista Decolonial. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 39, n. 2, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: Coleção ensaios brasileiros contemporâneos problemas de gênero. Rio de Janeiro: Funarte, 2016 (Original publicado em 1982).

_____. Mulher negra. 1984.

hooks, b. Sexismo e a experiência da mulher negra escravizada. In: E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo. 1 Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2023.

IPEA. **Atlas 2018**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 09 de janeiro de 2023.

KTZINGER, S. **Mães. Um estudo antropológico da maternidade**. Lisboa: Ed. Presença, 1978.

LANGER, M. **Maternidade e sexo**. Porto Alegre: Artes médicas, 1986.

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: Desafios, conquistas e impasses atuais. *Estudos Feministas*, 16(3), p. 965.

LÔBO, J. A.; SOUZA, I. F. de. Na encruzilhada da maternidade negra. In: **Antropologias do Sul- Reunião de Antropologia do Mercosul; XII Simpósio Nacional da ABCiber-Devires da Cibercultura: políticas e práticas**, UFRGS, Porto Alegre, 23 a 25 de julho de 2019.

MARCONDES, M. M. **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

MOORE, Carlos Wedderburn. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOREIRA, R. L. C. **Maternidades: os repertórios interpretativos usados para descrevê-las**. 177f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2009.

- MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MUNANGA, K. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. [3. Ed.] – São Paulo: Gaudi Editorial, 2012.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. [Originalmente publicado em 1978]. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- NERES, J. M.; CARDOSO, M.; MARKUNAS, M. Negro e Negritude. 3º ed. São Paulo: Editora: LOYOLA, 2006.
- NOGUEIRA, C. Feminismo e discurso de gênero na psicologia social. **Psicologia e Sociedade**, v. 13, n. 1, 2001.
- PACHECO, A. C. L. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador: EDUFBA, 2015.
- PEREIRA, M. H. F.; SERRANO, G. A.; PORTO, A. P. B. Quilombolas e quilombos – História do povo brasileiro. Belo Horizonte: Rona, 2012.
- ROCHA, L. O. Judicialização do sofrimento negro. Maternidade negra e fluxo do Sistema de Justiça Criminal no Rio de Janeiro. **Sexo, Salud y Sociedad**, n. 36, set.-dez. 2020.
- ROCHA-COUTINHO, M. L. Quando o executivo é uma dama: a mulher, a carreira e as relações familiares. In: FÉREZ-CARNEIRO, T. (org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2003.
- SANTOS, T. C., As consequências da escravidão na história do negro no Brasil. Diamantina Presença “Educação e Pesquisa” – Vol. 2, Nº 1, p. 47-57, 2019.
- SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. Dicionário da escravidão e liberdade. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2016.
- STREY, M. N. Gênero, família e sociedade. In: STREY, M. N.; NETO, J. A. S.; HORTA, R. L. (orgs.). **Família e Gênero**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- SWAIN, T. N. Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. In:
- STEVES, C. M. T. (org.). **Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.
- UNICEF. **Infância e adolescência no Brasil**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2023.
- VERZA, F.; SCHLEINIGER, C. dos S.; GOMES, G. A.; STREY, M. N. Reflexões sobre a maternidade: um estudo exploratório com mulheres acima de 40 anos. **Athenea Digital**, v. 13, n. 3, nov. 2013.